OAB-SP pede investigação de prisões de advogados em protesto

A Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo informou nesta quarta-feira (2/7) que pediu explicações para autoridades sobre recentes prisões supostamente ilegais de advogados em São Paulo. Os casos envolvem os advogados Benedito Roberto Barbosa, detido no último dia 25 de junho, quando tentava ingressar no prédio onde era cumprido mandado de reintegração de posse para dar orientação jurídica, e com os advogados Daniel Luiz Passos Biral e Silvia Daskal Hirschbrush, que acompanhavam a manifestação da Praça Roosevelt, na segunda-feira (1/7), no centro de São Paulo, e foram detidos depois de pedir a identificação de uma policial.

Leandro Zago

Leandro Zago

"A Ordem vai reagir com firmeza para fazer cessar essa violência contra os advogados, que vêm sendo presos de forma arbitrária no exercício do dever, tendo suas prerrogativas violadas enquanto defendem os direitos dos cidadãos. Não queremos que esses episódios se repitam no Estado de São Paulo", disse o presidente da OAB-SP, Marcos da Costa (*foto*), após se reunir com os advogados na sede da Ordem.

O presidente da OAB-SP também divulgou Nota de Repúdio à violência sofrida pelos advogados e oficiou ao secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira; ao procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa, ao Corregedor da PM, coronel Rui Conegundes de Souza, e ao ouvidor das polícias, Júlio César Fernandes Neves, pedindo providências imediatas.

O presidente da Comissão de Prerrogativas do Movimento de Defesa da Advocacia (MDA), Rodrigo Jorge Moraes, também manifestou repúdio contra a reação violenta e as detenções arbitrárias de advogados e exigiu a adoção de rápidas e urgentes providências por parte das autoridades públicas.

A Associação dos Advogados de São Paulo também divulgou que aguarda que as autoridades tomem medidas de reprovação às agressões contra os advogados.

Violência

Para Marcos da Costa, a prisão dos advogados foi um disparate de violência. "Todos foram imobilizados com violência, levados, sem presença de representante da Ordem, e, no caso da [praça] Roosevelt, recebemos denúncia de que houve violência durante o percurso ao DP e negativa do delegado em registrar Boletim de Ocorrência por abuso de autoridade e lesões corporais, como se coubesse a ele valorar se houve ou não abuso, quando sua competência é de receber e apurar a denúncia", relatou.

O presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Ricardo Toledo Santos Filho, que também acompanhou as reuniões, destacou que vê com perplexidade a continuada intimidação à advocacia que vem ocorrendo há um ano, principalmente voltada aos advogados que militam pela liberdade de manifestação. "Esses dois episódios mais recentes provam que não há mais como tolerar", diz. O fato de um advogado ser preso por desacato ao fazer uma indagação a um servidor público é, para ele, "o

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

símbolo de que vivemos em um Estado de repressão policial inaceitável".

Os advogados que foram presos relataram aos dirigentes da OAB-SP como foram abordados e as ilegalidades de quem foram vítimas no exercício profissional. Benedito Barbosa disse estar satisfeito com "o apoio e o respaldo da OAB-SP".

Para Silvia Daskal e Daniel Biral é fundamental o apoio no sentido de identificar os maus policiais, evitar novas prisões ilegais e comprovar o recrudescimento das forças policiais nas ruas de São Paulo. *Com informações da Assessoria de Imprensa da OAB-SP.*

Veja a nota da OAB SP:

A OAB-SP repudia a reação truculenta contra advogados durante manifestação ocorrida na Praça Roosevelt, na última terça-feira (01/07), quando questionaram a falta de identificação obrigatória nas fardas dos policiais, que acompanham uma manifestação. Os advogados foram abusivamente impedidos de exercer a profissão, tiveram suas prerrogativas negadas e foram ilegalmente presos, sofrendo violência inadmissível.

Essas são ações de um Estado policial, que confronta o Estado Democrático de Direito, ameaça à cidadania e impede o trabalho dos advogados, que asseguram o direito de defesa dos cidadãos, o cumprimento dos preceitos legais e o direito inquestionável à livre manifestação.

A violência somente serve de resposta a arbitrariedades e promove a insegurança jurídica, por isso a OAB SP que acompanhou por meio da Comissão de Direitos e Prerrogativas de assistência aos advogados na noite de ontem, está solicitando às autoridades públicas apuração dos fatos e estudando medidas preventivas contra esta e futuras ações que violem os fundamentos do Estado Democrático de Direito, os postulados do direito de defesa ou queira intimidar o pleno exercício da Advocacia.

São Paulo, 02 de julho de 2014

Marcos da Costa

Presidente da OAB-SP

Veja a nota da MDA:

O MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA – MDA, associação civil destinada a promover a valorização da profissão de Advogado, bem como a defesa intransigente das prerrogativas inerentes ao respectivo exercício profissional, por sua Comissão de Prerrogativas, vem a público aderir integralmente ao posicionamento externado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, no sentido de repudiar a reação violenta e as detenções arbitrárias de Advogados, ocorridas em 01 de julho p.p, na Praça Roosevelt na Capital paulista, exigindo a adoção de rápidas e urgentes providências por parte das autoridades públicas, de forma a ser restabelecido o respeito e a dignidade do exercício da função essencial à administração da Justiça realizada pela Advocacia, nos termos do artigo 133 da Constituição da República.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

MOVIMENTO DE DEFESA DA ADVOCACIA – MDA

Rodrigo Jorge Moraes

Presidente da Comissão de Prerrogativas do MDA

Veja a nota da AASP:

AASP – Nota pública sobre agressões contra advogados em São Paulo

Nos últimos dias, em duas oportunidades, a polícia do Estado de São Paulo prendeu arbitrariamente advogados que agiam no exercício da profissão e cumpriam sua missão constitucional de participar da administração da Justiça (art. 133 da Constituição Federal).

Não bastasse essa coação ilegal, há notícias de que os defensores detidos sofreram outras violências morais e físicas, o que deverá ser objeto de apuração rigorosa e pública.

O Estado de Direito exige congruência entre a ação das autoridades e aquilo que é determinado pelas leis. A ação de agentes da lei em desconformidade com as regras gerais é violência das mais graves: desafia os limites da democracia e incentiva o desrespeito recíproco pelos direitos dos outros.

A AASP manifesta seu repúdio em relação a tais episódios e aguarda que as autoridades tomem medidas de reprovação às agressões contra os advogados.

Mais do que isso, espera que os lamentáveis acontecimentos sirvam para a reafirmação do direito e para o estabelecimento de sanções e incentivos que estimulem a ação policial em conformidade com as leis.

Associação dos Advogados de São Paulo – AASP

**Texto alterado às 11h25 do dia 3 de julho de 2014 para acréscimos.*

Date Created
02/07/2014

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.